Foto: Reprodução/ Foto do filme *Uma noite em 67*

Em discurso no Senado, reitor saúda os 60 anos 12

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

JORNAL DA UNICAMP

ED. 753 | Campinas, 26 de outubro a 15 de novembro 2026 | www.jornal.unicamp.br

CANCELADOS

Trabalho analisa a 'ilha de edição' da ditadura que ocultou a produção de João do Vale, Sérgio Ricardo e Taiguara 6 e 7

O compositor Sérgio Ricardo, em 1967, durante o III Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, quando, sob vaias, foi impedido de cantar e quebrou seu violão

El Niño acelera ritmo de calor e seca extremos 2 e 3

Grupo desenvolve corante natural raro 4

Café atende a normas, mas contém patógenos 5

Estudo aponta queda de vagas para graduados 8

Identidade religiosa molda voto evangélico 9

Vida conjugal desencadeia adoecimento de mulheres 11

El Niño torna frequentes as co

Pesquisa aponta que seca e calor intensos passam a ser o "novo normal" mesmo em cenários de redução das emissões de carbono

FELIPE MATEUS
felipeom@unicamp.br

A Organização Meteorológica Mundial (OMM), agência das Nações Unidas para o tempo e o clima, calcula uma probabilidade de 100% de ocorrência do fenômeno El Niño entre setembro e novembro de 2026, com efeitos que devem perdurar até fevereiro do próximo ano. O problema não é apenas a ocorrência do fenômeno, mas também sua intensidade: dados analisados pela Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (Noaa), agência climática dos Estados Unidos, apontam 97% de chances de o El Niño deste ano ser classificado como muito forte, cenário em que o aquecimento das águas na chamada região Niño 3.4, localizada no Pacífico equatorial central e monitorada especificamente para a detecção do fenômeno, supera os 2 °C em relação à média histórica.

Os efeitos do El Niño, que mexem com a dinâmica climática das zonas tropicais do globo, intensificando quadros de seca e calor em determinadas regiões, enquanto causam excesso de chuva em outras, somam-se aos desequilíbrios já atribuídos às mudanças climáticas provocadas pelas emissões de gases de efeito estufa. O que as pesquisas na área buscam identificar é em que grau o El Niño se mostra como um indicador de condições climáticas que podem se tornar mais frequentes no futuro. Um estudo desenvolvido por Johanna Van Passel, da Universidade de Gante, na Bélgica, analisou dados de diversas fontes colhidos entre 2000 e 2024, identificando neles as características dos períodos em que o El Niño foi registrado, e utilizou modelos climáticos para projetar diferentes cenários até 2100.

As conclusões do estudo são preocupantes: as condições climáticas do El Niño tendem a se tornar mais frequentes e, mesmo que episódios isolados do fenômeno sejam menos intensos, as condições ambientais que determinam o clima já se encontram alteradas, ocasionando um acúmulo de efeitos que podem trazer mudanças significativas para a biodiversidade de áreas tropicais, como a Amazônia. Van Passel desenvolveu parte do estudo no Brasil, onde atuou como pesquisadora visitante no Instituto de Biologia (IB) da Unicamp. Os resultados foram publicados na revista *Earth's Future*, em coautoria com o professor do IB Peter Groenendijk.

Florestas tropicais

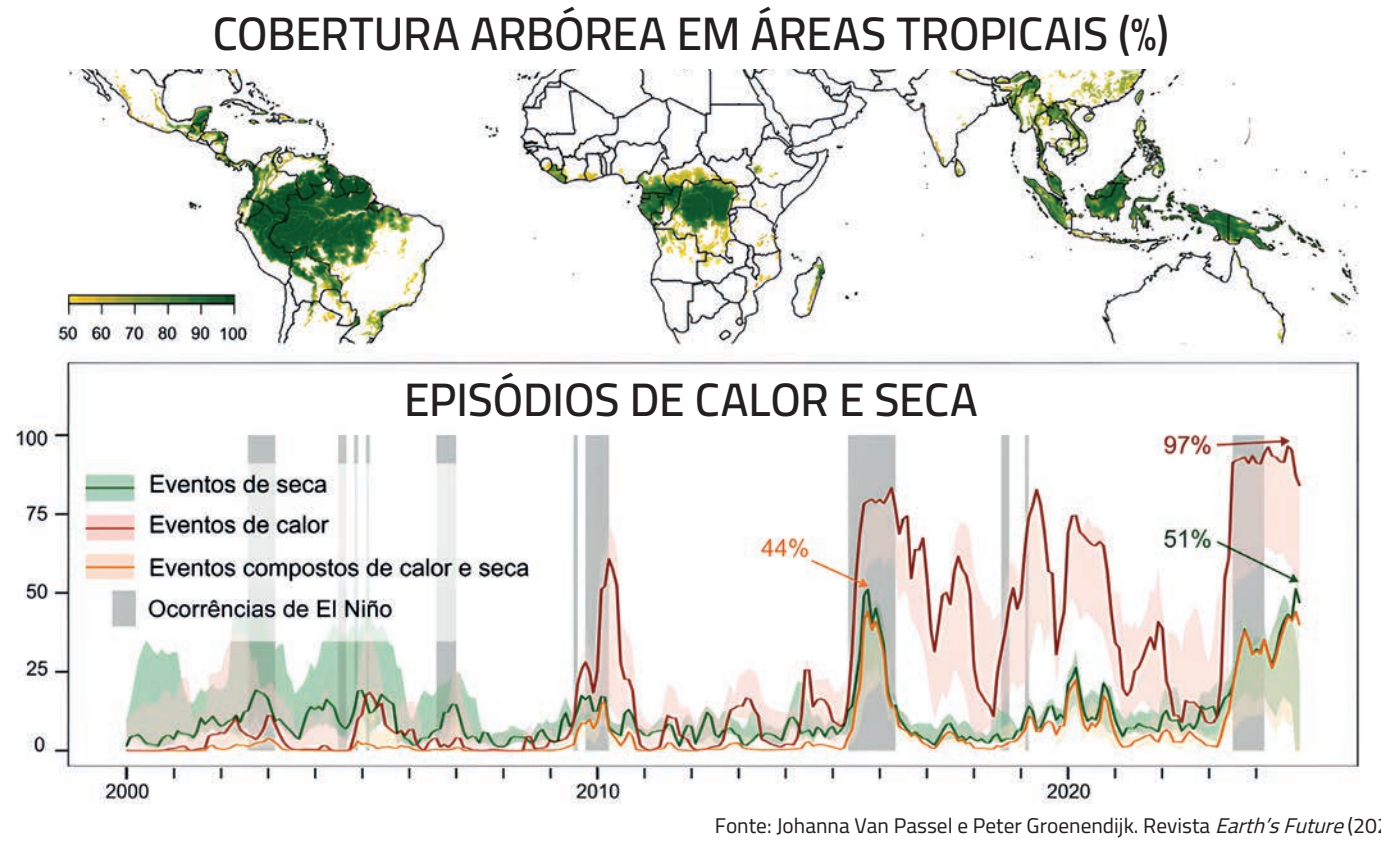
O El Niño é um fenômeno relacionado com a dinâmica dos ventos alísios. Em condições normais, eles sopram de leste para oeste, na altura da linha do equador, transportando as águas quentes da superfície oceânica da costa da América do Sul para a região da Indonésia e da Austrália. Quando o El Niño acontece, esses ventos perdem força, podendo inclusive ocorrer uma inversão no ciclo. Isso faz com que as águas quentes deixem de se acumular no Sudeste Asiático e Oceania e se desloquem para a América do Sul.

A mudança na dinâmica das águas afeta diretamente a circulação atmosférica, o transporte de umidade entre as regiões do globo e as temperaturas. "Em geral nos trópicos, especialmente na Ásia e nas Américas, o El Niño recebe um efeito muito grande dessa variabilidade", afirma Van Passel. Por isso, estudar as variações do clima tropical e seus reflexos na natureza passa por compreender o fenômeno ao longo do tempo. "Existem registros de ocorrência do El Niño por meio da dispersão de pólen, do crescimento dos corais, dos anéis de crescimento das árvores", detalha Groenendijk. "Trata-se de um motor da variabilidade climática nos trópicos."

Ao buscar compreender os efeitos das secas nas florestas tropicais, a pesquisadora identificou a necessidade de avaliar a incidência e os efeitos do fenômeno nos trópicos e até que ponto o El Niño anterior, entre 2023 e 2024, foi um fenômeno excepcional para os padrões. A pesquisa analisou 11 produtos climáticos — fontes de informações resultantes de cruzamentos entre diversos dados — relativos a secas e a temperaturas, para traçar um perfil das ocorrências do El Niño entre 2000 e 2024. Também foram traçados cenários até 2100, com base em 24 modelos climáticos, abrangendo situações que vão da redução ao aumento das emissões de carbono.

Efeitos intensos

A surpresa foi que, em comparação a episódios anteriores, principalmente o de 2015-2016, a intensidade do último El Niño foi menor. Porém, ele ocorreu em um planeta que já vinha de ciclos de aquecimento sucessivos, o que explica seus efeitos mais deletérios. Outro fator considerado é a tendência positiva no balanço energético do planeta. Isso significa que a Terra tem recebido mais energia do Sol do que sua capacidade de devolvê-la ao espaço, o que contribui para o acúmulo de calor.



Fonte: Johanna Van Passel e Peter Groenendijk. Revista *Earth's Future* (2026)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Reitor Paulo Cesar Montagner **Coordenador Geral da Universidade** Fernando Antonio Santos Coelho **Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário** Fernando Sarti **Pró-Reitora de Pesquisa** Ana Maria Frattini Fileti **Pró-Reitora de Graduação** Mônica Alonso Cotta **Pró-Reitora de Extensão, Esporte e Cultura** Sylvia Helena Furegatti **Pró-Reitora de Pós-Graduação** Cláudia Vianna Maurer Morelli **Chefe de Gabinete** Osvaldir Pereira Taranto **Chefe de Gabinete Adjunto** Zigomar Menezes de Souza

JORNAL DA UNICAMP **Coordenador da Secretaria Executiva de Comunicação** Márcio Cataia **Editor-chefe** Álvaro Kassab **Editoras** Adriana Vilar de Menezes, Raquel do Carmo Santos (on-line) **Chefia de reportagem** Rachel Bueno **Reportagem** Adriana Vilar de Menezes, Carmo Gallo Netto, Daniela Prandi, Felipe Mateus, Hebe Rios, Helena Tallmann, Hélio Costa Júnior, Juliana Franco, Liana Coll, Mariana Garcia, Marina Gama, Paula Penedo, Silvio Anunciação, Tote Nunes **Fotos** Antoninho Perri, Antonio Scarpinetti, Lúcio Camargo **Projeto gráfico** Luis Paulo Silva **Editores de arte** Alex Calixto de Matos, Paulo Cavalheri **Atendimento à imprensa** Ronei Thezolin **Revisão** Júlia Mota Silva Costa, Rodrigo Leite **Coordenadora do núcleo audiovisual** Patrícia Lauretti **Supervisora de TI** Laura de Carvalho Freitas Rodrigues **Acervo** Maria Cristina Ferraz de Toledo, Sergio de Souza Silva **Tratamento de imagens** Renan Garcia **Redes sociais** Bruna Mozer (editora) e Octávio Augusto Bueno Fonseca da Silva **Serviços técnicos** Alex Matos, Antonio Marcos Pereira de Moura, Elisete Oliveira Silva, Guilherme Pansani, Mateus Fioresi, Selvino Frigo, Stella Cadeu Moreira Costa **Impressão** Gráfica Mundo **Correspondência** Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. O **Jornal da Unicamp** é elaborado pela Secretaria Executiva de Comunicação (SEC) da Unicamp. **Periodicidade** quinzenal

ndições climáticas extremas

Foto: Magnific.com

Os efeitos do El Niño mexem com a dinâmica climática das zonas tropicais do globo, causando excesso de chuva em algumas e seca em outras; efeitos trazem mudanças significativas para a Amazônia

Em média, 77% das florestas tropicais foram atingidas por períodos de seca e calor entre 2023 e 2024, mas a distribuição pelos continentes não foi homogênea (veja gráfico): enquanto eles afetaram 89% das florestas na América e 88% na África, na Ásia tropical o efeito atingiu apenas 43% das zonas florestais. Em relação ao El Niño de 2015-2016, o impacto do último episódio sobre as secas foi 18% maior na América, 20% maior na África, mas 22% menor na Ásia.

Por outro lado, o calor foi generalizado: 100% das florestas tropicais analisadas tiveram períodos mais quentes que o habitual durante o fenômeno de 2023-2024. Foram registrados 19 meses excepcionalmente quentes na América tropical, 17 meses na África, e 18 meses na Ásia — não, necessariamente, meses contínuos ao longo dos dois anos. Se comparado ao El Niño de 2015-2016, os períodos quentes de 2023-2024 foram, em média, de 10 a 13 meses mais longos.

Depende da sociedade

Os modelos para o futuro não são animadores, principalmente em relação ao calor. Mesmo em cenários com redução nas emissões de carbono, a probabilidade de episódios de temperaturas extremas é seis vezes maior do que a incidência desses episódios registrados no período de 2023-2024 em todo o planeta. A estimativa é de que, em cerca de 20 anos, a probabilidade de as condições de 2023-2024 se repetirem nas florestas tropicais chega a 100% nos cenários em que as emissões de carbono continuem subindo. "Tudo depende da trajetória de evolução de nossa sociedade. Pode ser que as emissões de CO_2 aumentem continuamente e a temperatura global aumente de 3 °C a 4 °C", comenta Van Passel.

Mesmo que o fenômeno tenha sido menos intenso na Ásia, não é possível afirmar que isso implica menos impactos sobre as florestas daquela região. Os pesquisadores também pontuam que, se o calor se mostra como algo generalizado, as secas passam a afetar regiões específicas. "As previsões mostram que as chuvas podem aumentar nessas áreas, mas algumas pesquisas apontam que as florestas estão se tornando mais sensíveis a essas variações. Mesmo que não esteja tão seco, as florestas devem sofrer mais", explica a pesquisadora.

Foto: Antonio Scarpinetti

Peter Groenendijk, professor do Instituto de Biologia da Unicamp, publicou artigo em coautoria com Van Passel na revista *Earth's Future*

Foto: Antonio Scarpinetti

Johanna Van Passel, da Universidade de Gante, na Bélgica, desenvolveu parte do estudo no Instituto de Biologia (IB) da Unicamp

Os possíveis efeitos descentralizados sobre a Amazônia chamam a atenção. "Cada parte da floresta pode responder de uma forma diferente", aponta Groenendijk. O biólogo comenta que, mesmo com regiões amazônicas mais resilientes ao El Niño, as adaptações para suportar o fenômeno podem levar a uma mudança no perfil das espécies vegetais e, consequentemente, em sua atividade de regulação climática. "A floresta continuará ali, mas provavelmente menos diversa, com árvores menores e menos capacidade de estocar carbono", prevê. "Carbono este que voltará para a atmosfera."

Ações de mitigação

Os autores do estudo afirmam que, apesar de os indicadores serem categóricos em relação à ocorrência do fenômeno em 2026, predizer seus efeitos é uma tarefa complexa e temerária. Por isso, defendem o aperfeiçoamento de estudos que utilizam modelos climáticos, de forma a subsidiar ações de mitigação. "Chega a ser contraintuitivo pensar em secas e calor causados pelo El Niño em períodos como este, de muitas chuvas [a entrevista foi feita no início de setembro]. Mas, para entender o fenômeno, precisamos olhar para os dados, não apenas no que estamos sentindo agora", alerta o professor.

A pesquisa de Van Passel que originou o artigo é parte do projeto "Detectando e prevendo como as secas aumentam a mortalidade de árvores tropicais: uma avaliação pantropical", que envolve a Universidade de Gante e outras instituições dedicadas à pesquisa sobre florestas tropicais. O objetivo é analisar a sensibilidade das florestas aos episódios de seca e calor e se essas condições extremas resultam no aumento da mortalidade das espécies. "Quero alinhar o que pode ser obtido das pesquisas feitas com as árvores e os dados climáticos de satélites. Ou seja, o que as árvores contam do chão e o que os satélites contam de cima", descreve a pesquisadora.

Outra contribuição do estudo é a comparação entre os produtos climáticos analisados, que foram obtidos pelas imagens de satélite, e os dados de estações meteorológicas, que nem sempre conseguem abranger zonas importantes para o conhecimento. "Se nós coletamos, por exemplo, dados de estações meteorológicas na Amazônia, podemos ter uma estação em Rio Branco, no Acre, e outra em Porto Velho, em Rondônia. O que acontece nesse espaço entre elas é uma incógnita", explica Groenendijk. "Se tomamos por base produtos que não representam bem o clima, podemos encontrar dados e projetar coisas para o futuro baseadas em algo não tão acurado. Por isso, essa comparação é muito importante."

Cientistas descobrem **corante azul natural**

Ao desenvolver bebida vegetal, equipe chegou por acaso a uma possível alternativa aos corantes sintéticos

ANA PAULA PALAZI
Especial para o *Jornal da Unicamp*

Fotos: Igor Alisson - Inova Unicamp

O resultado do estudo ocorreu durante desenvolvimento da pesquisa de pós-doutorado de Monique Martins Strieder (à dir.), com participação do pesquisador Felipe Sanchez Bragagnolo (à esq.), sob a coordenação do professor Mauricio Ariel Rostagno (ao centro)

Ao combinar um composto do café verde com uma bebida vegetal à base de amêndoa, um grupo de pesquisadores da Unicamp criou um novo corante azul – ou verde-azulado, para alguns. A descoberta ocorreu por acaso durante o desenvolvimento da pesquisa de pós-doutorado de Monique Martins Strieder, com participação do pesquisador Felipe Sanchez Bragagnolo, sob a coordenação do professor Mauricio Ariel Rostagno.

A descoberta desponta como uma alternativa natural e de baixo custo aos corantes sintéticos, cujo uso apresenta potenciais riscos à saúde, especialmente para crianças. A tecnologia desenvolvida na Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp, no campus de Limeira, já teve seu pedido de patente depositado com o suporte da Agência de Inovação Inova Unicamp.

Strieder investigava como enriquecer o leite vegetal de amêndoa com ácido clorogênico, um composto fenólico benéfico presente no café verde e na erva-mate. Após sete dias de testes, a transformação ao combinar o ácido ao leite surpreendeu a equipe. “Vi uma bebida azul e pensei: que estranho; o que é isso?", recorda a engenheira de alimentos.

Fenômeno químico

A explicação para o fenômeno está na química. A bebida de amêndoa tem uma leve alcalinidade e é justamente nessa faixa que os compostos fenólicos do café verde ou da erva-mate se oxidam e reagem com as proteínas vegetais da amêndoa, formando uma nova classe de compostos responsáveis pela coloração verde-azulada. Esses compostos não são encontrados na natureza, e sua formação depende de uma extração seletiva: só ocorre com uma mistura específica identificada pelos pesquisadores.

"O interessante dessa tecnologia é que ela surgiu de uma casualidade: a gente não esperava que se formasse essa cor, porque o objetivo era enriquecer o leite de amêndoas com o ácido clorogênico", afirma Rostagno.

Vantagem para a indústria

A cor azul é considerada a mais rara e mais difícil de se reproduzir com substâncias da natureza. Algumas das alternativas do mercado enfrentam altos custos de purificação, como é o caso da ficocianina, extraída da microalga espirulina. Outras tecnologias esbarram na baixa disponibilidade comercial para produção em grande escala ou no uso de sal de alumínio, por exemplo.

A nova tecnologia, por sua vez, dispensa metais e etapas de purificação. “Vejo como grande vantagem desse novo processo o uso do café verde, que é produzido em escala mundial, e da bebida de amêndoa, que também não teria dificuldade nenhuma de ser produzida em qualquer lugar”, explica Rostagno.

A busca por corantes azuis naturais é hoje um desafio tecnológico global, sobretudo para os Estados Unidos, onde cresce a pressão para substituir corantes sintéticos, como o azul brilhante FCF, derivado de processos químicos. Estudos recentes associam esses aditivos a riscos à saúde.

“Os malefícios dos corantes sintéticos estão atrelados às crianças: alergias e algumas doenças neurológicas”, afirma o pesquisador. Segundo ele, grandes empresas de doces já tentaram sem sucesso desenvolver uma versão natural do corante. Além da indústria alimentícia, a nova composição também poderia ser aplicada nas indústrias farmacêutica e cosmética, que buscam ingredientes de origem vegetal e sem aditivos artificiais (*clean label*).

Estabilidade da cor

Corantes naturais azuis costumam se degradar em processos industriais como pasteurização e esterilização, ou exigem meios ácidos para não perder a cor. O novo corante, ao contrário, manteve-se estável em pH próximo ao neutro e resistiu a tratamento térmico a 80 °C por três minutos. Além disso, ele pode ser transformado em pó por liofilização, técnica de desidratação a baixas temperaturas, sem perder a coloração. A estabilidade é um dos principais diferenciais.

A cor também se intensifica ao longo de 24 horas de reação e depois se estabiliza. Em testes de aplicação, o corante funcionou bem no leite, onde se manteve estável por mais tempo; mudou um pouco de tom no iogurte, provavelmente por causa do pH mais ácido do produto; e, na água, a cor se formou, mas foi mais difícil dissolver completamente o pó.

Para melhorar a solubilidade e a estabilidade do pó, a equipe deverá recorrer a técnicas de microencapsulação e nanoemulsão, além de ampliar os testes de aplicação a outros alimentos. “Vamos usar essas técnicas para tentar melhorar a solubilidade e a estabilidade do corante, para aplicá-lo em diferentes produtos”, explica Strieder.

Proteção intelectual

O pedido de depósito de patente do novo corante azul foi feito com a estratégia da Inova Unicamp, Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Universidade, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi). Para Rostagno, o caminho da proteção intelectual está ligado à vocação do próprio grupo de pesquisa. “Penso na transferência tecnológica: ver a tecnologia indo para a indústria, indo para o mercado, é o que todo pesquisador quer”, diz o docente, que recomenda a outros pesquisadores da Unicamp buscar a Inova sempre que uma pesquisa tiver potencial de aplicação comercial.

A Inova Unicamp disponibiliza uma vitrine tecnológica no Portfólio de Tecnologias da Unicamp. Empresas e instituições públicas ou privadas podem licenciar, com ou sem exclusividade, a propriedade intelectual desenvolvida na Universidade, como patentes, cultivares, marcas, programas de computador e *know-how*. O contato para interessados no licenciamento de tecnologias da Unicamp é feito diretamente com a Agência de Inovação pelo formulário de conexão com empresas. Para conhecer outras tecnologias protegidas disponíveis, acesse o portfólio ou entre em contato com a Inova Unicamp.

Nova tecnologia dispensa metais e processos de purificação de alto custo, necessários para se obter a cor azul dos corantes, considerada rara

Dentro da **norma**, fora do **ideal**

Pesquisadores encontram bactérias em 20 marcas comercializadas de café torrado, mas descartam risco ao consumidor

RACHEL BUENO
rabueno@unicamp.br

Grandes marcas de café torrado à venda no Brasil atendem aos padrões de qualidade microbiológica estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas não estão totalmente livres da presença de patógenos. É o que revela um estudo conduzido na Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp com amostras de 20 marcas de café moído e em grãos, a maioria delas de abrangência nacional. O trabalho foi publicado em setembro no periódico *Journal of Food Science*.

Tal como determinam as normas da Anvisa, as bactérias *Salmonella*, causadora de infecções alimentares, e *Escherichia coli*, que vive no intestino de aves e mamíferos, não foram detectadas nas amostras. Os pesquisadores encontraram, no entanto, outros microrganismos aos quais a legislação brasileira não faz referência. Além de fungos na forma de bolores e leveduras, o material analisado continha bactérias de 9 gêneros e 18 espécies distintas.

Duas dessas espécies de bactérias foram submetidas a experimentos adicionais. Verificou-se que ambas conseguiam sobreviver durante o armazenamento do café por um determinado período, mas não resistiam à passagem da água fervente pelo pó. O cafezinho feito no coador mostrou-se, portanto, totalmente seguro para o consumo.

Análise microbiológica

A ideia de avaliar a qualidade microbiológica do café torrado vendido no Brasil surgiu durante o doutorado do biólogo Dionisio Pedro Amorim-Neto em ciência de alimentos, defendido na FEA em agosto. "Havia pouca coisa sobre o tema na literatura", relata o pesquisador.

"Os trabalhos anteriores focavam predominantemente na diversidade microbiana do processo fermentativo [do café] ou na contaminação ocupacional [de trabalhadores da indústria cafeeira] por aerossóis", complementa o orientador dele, o docente Anderson Sant'Ana. Os dois são os autores principais do estudo divulgado no *Journal of Food Science*.

Amorim-Neto explica que a escolha das marcas que participariam do estudo foi feita com base na variedade disponível em supermercados de Campinas. Das 20 marcas participantes, 14 eram de café moído embalado a vácuo. As outras seis abrangiam produtos nas versões moída e em grãos, ambas vendidas a granel. A análise compreendeu, portanto, 26 produtos – 20 na apresentação moída e 6 na em grãos. Para cada produto, foram adquiridos pacotes de três lotes diferentes, perfazendo um total de 78 amostras.

O café torrado é o que o jargão do setor de alimentos define como um "produto de baixa atividade de água" – ou seja, em cuja composição há pouca umidade disponível para o eventual desenvolvimento de microrganismos. Por essa razão, além de investigar a possível presença das duas bactérias especificadas nas normas da Anvisa (*Salmonella* e *Escherichia coli*), os pesquisadores concentram-se na busca por espécies que conseguem prosperar em ambientes desfavoráveis.

As análises microbiológicas realizadas na FEA apontaram a existência de pequenas quantidades de fungos e bactérias em diferentes amostras de café moído e em grãos. Os responsáveis pelo estudo decidiram focar apenas na análise das colônias bacterianas. A tarefa ficou a cargo do laboratório que a docente Angelica Zaninelli Schreiber, também coautora do artigo, dirige na Faculdade de Ciências Médicas (FCM). "Este foi um trabalho de muitas mãos", ressalta Amorim-Neto.

Moagem e embalagem

Entre os nove gêneros de bactérias identificados, prevaleceram o *Bacillus* (57,14% do total) e o *Staphylococcus* (23,21%). Já no nível das espécies, as mais prevalentes dentre as 18 encontradas foram a *Staphylococcus warneri* (21,43% do total), a *Bacillus licheniformis* (14,29%) e a *Bacillus subtilis* (10,71%).

A bactéria *Staphylococcus warneri* vive normalmente na pele humana e é considerada um patógeno oportunista. Isto significa que ela não costuma causar doenças em pessoas saudáveis, mas pode aproveitar situações de debilidade do organismo para provocar infecções. As outras duas pertencem ao grupo das chamadas bactérias aeróbias mesófilas esporuladas. Estes microrganismos se distinguem, entre outras características, por formarem uma estrutura de resistência ao seu redor – os esporos – sempre que as condições ambientais se tornam adversas.

A presença de bactérias aeróbias mesófilas esporuladas foi constatada em quatro amostras de café em grãos e em sete da versão moída. Já as bactérias aeróbias mesófilas não esporuladas foram encontradas em três amostras de café em grão e oito de café moído. Três amostras de café nesta última apresentação continham, ainda, coliformes totais, que são amplamente utilizados como indicadores de qualidade higiênico-sanitária de alimentos.

De acordo com Amorim-Neto, a existência de coliformes totais no material avaliado indica que pode ter havido falta de higiene na manipulação do café. "Só não é possível afirmar em que etapa da cadeia produtiva a contaminação ocorreu, porque analisamos somente o produto final", observa o pesquisador. "Embora tenha atestado que todas as amostras comerciais cumpriam as normas da legislação brasileira, o trabalho traz uma contribuição fundamental para a segurança microbiológica do café no país, ao fazer um alerta sobre os riscos de contaminação pós-torra, nos processos de moagem e embalagem", acrescenta Sant'Ana.

Teste-desafio

As duas bactérias selecionadas para a etapa final do estudo foram a *Staphylococcus epidermidis* e a *Klebsiella pneumoniae*, que corresponderam, cada uma, a 1,79% da variedade de espécies presentes nas amostras de café torrado analisadas. Ambas pertencem à microbiota humana – a primeira vive na pele, e a segunda, no trato gastrointestinal – e apresentam comportamento oportunista. "Elas não são patógenos alimentares clássicos, mas há estudos mostrando que podem estar associadas à veiculação por alimentos", explica Amorim-Neto.

Para verificar a capacidade de sobrevivência da *S. epidermidis* e da *K. pneumoniae* no café torrado, os pesquisadores realizaram um experimento conhecido como *challenge test*, ou "teste-desafio", que consiste em armazenar amostras do produto moído deliberadamente contaminadas com cada uma das duas bactérias. A contaminação proposital não foi feita com o auxílio de um veículo líquido, mas sim por meio do acréscimo de 10 gramas de café contendo uma grande concentração de patógenos a outros 90 gramas de produto. "O uso do inóculo a seco foi o grande diferencial do nosso trabalho", destaca o biólogo.

O café contaminado permaneceu em embalagens a vácuo, a uma temperatura de 25 °C, por até 42 dias. Análises realizadas periodicamente demonstraram que ambas as espécies bacterianas sobreviveram durante todo o decorrer do teste e só deixaram de ser detectadas depois da filtragem do produto em coadores individuais de papel. "O trabalho traz uma conclusão tranquilizadora ao confirmar que o processo de preparo do café com água fervente inativa efetivamente essas bactérias, garantindo a segurança da bebida final", finaliza o docente Anderson Sant'Ana.

Fotos: Antoninho Perri

Dionisio Amorim-Neto avaliou a qualidade microbiológica do café torrado em seu doutorado: "Havia pouca coisa sobre o tema na literatura"

Anderson Sant'Ana, da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA), foi orientador da tese e coautor do estudo publicado no *Journal of Food Science*

A ditadura do ve

Pesquisa analisa a trajetória de João do Vale, Sérgio Ricardo e Taiguara, mostrando como a censura do regime militar interditou esses músicos

LIANA COLL
lianavnc@unicamp.br

A cientista social Priscila Milanez estudava repertório musical para seu trabalho como cantora quando se deparou com uma série de reportagens publicada pela jornalista Mariana Filgueiras. As matérias tratavam da digitalização do arquivo do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), que continha uma série de músicas inéditas vetadas no período da ditadura militar (1964-85). Aquela revelação foi o estopim para que decidisse se candidatar ao programa de doutorado em Sociologia da Unicamp, buscando a orientação do professor Marcelo Ridenti, referência nos estudos sobre cultura e a ditadura militar. Em sua tese, Milanez define metaforicamente a censura como uma "ilha de edição" que contribuiu para apagar determinados compositores dos cânones da música popular brasileira (MPB).

"Assim como num trabalho de edição audiovisual, em que o editor seleciona, corta e reorganiza imagens e sons para construir uma narrativa, a censura também operava por meio de seleções, cortes e exclusões que interferiam naquilo que chegava ao público", explica a cientista social.

Década de 1970

Ao longo do seu percurso como cantora, Milanez aprofundou-se no repertório da música brasileira, em especial a produção da década de 1970. "Além dos compositores consagrados no período, me deparei com muitos artistas sobre os quais pouco ou nada sabia. E me intrigava saber o porquê de alguns não terem seus nomes registrados na história da MPB, ou serem registrados de forma ainda muito incipiente ou marginal, apesar de uma produção musical ampla e relevante", conta.

Foto: Lúcio Camargo

Para Marcelo Ridenti, referência nos estudos sobre ditadura militar, tese contribuiu para desvelar como mecanismos informais de censura operavam

O arquivo do SCDP, que reúne cerca de 77.000 documentos do período entre 1964 e 1988, foi o ponto de partida para a autora pensar os processos de visibilização ou apagamento de músicos da MPB, exemplificados na tese a partir da análise da trajetória de três compositores: João do Vale, Sérgio Ricardo e Taiguara.

"Me interessava entender como a censura interferia nas condições materiais de produção e circulação de determinadas obras e como isso de alguma forma impactaria nas condições de visibilidade de certos artistas", aponta a pesquisadora.

O pássaro sobre o morro

João Lutfi (1932-2020) nasceu em Marília (SP) e na década de 1950 foi "batizado" com o nome artístico de Sérgio Ricardo. Na tese, a autora o apelida de "o pássaro sobre o morro". Compositor, pianista, cineasta e poeta, teve uma formação erudita e fez parte do circuito da Bossa Nova. No entanto, começou a distanciar-se do gênero e a incorporar o protesto social às suas composições. "Ele mesmo disse em várias entrevistas que não queria estar falando sobre barcos e dias ensolarados. Enfim, ele queria falar sobre as condições em que se vivia naquele momento de tanta repressão", indica Milanez.

Sérgio Ricardo teve diversas músicas censuradas. Em 1968, o SCDP pediu ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops) que fichasse o compositor como subversivo devido à letra de *Dia de graça* (1968). No mesmo ano, o compacto de *Aleluia*, canção que faz referência a Che Guevara, foi apreendido pela polícia. *Calabouço* (1973), em homenagem ao estudante Edson Luis, assassinado pela ditadura em um restaurante carioca com esse nome, o levou a ser novamente enquadrado pelo Dops.

Cala a boca moço
Só o bagaço da canção
Cala a boca moço
Cala o peito, cala o beiço
Calabouço, calabouço
Olha o vazio nas almas

(**trecho de *Calabouço***)

Em episódio ocorrido no 3º Festival da Record (1967), o artista, ao ser vaiado durante a apresentação de *Beto bom de bola*, quebrou seu violão e o atirou na plateia. A partir daí, além de sofrer com a censura, passou a ser boicotado pelos meios de comunicação.

"Sérgio Ricardo é uma figura que foi muito reduzida ao episódio da quebra do violão, mas ele tem uma produção muito vasta, tanto na música quanto como compositor de trilhas de filmes importantes, como *Deus e o diabo na terra do sol* e *Terra em transe*, clássicos do cinema novo dirigidos por Glauber Rocha."

O pássaro ameríndio

Taiguara Chalar da Silva (1945-1996), natural de Montevidéu (Uruguai), é chamado na tese de "o pássaro ameríndio". Várias vezes premiado no começo da carreira, acabou por se tornar um dos compositores mais censurados pela ditadura, com 68 canções vetadas e álbuns inteiros proibidos. Seu álbum *Imyra, Tayra, Ipy* (1976) foi recolhido 72 horas após o lançamento. Apenas em 2013 o disco ficou disponível para ser ouvido no Brasil.

Sonhada terra das palmeiras
Onde andará teu sabiá?
Terá ferida alguma asa?
Terá parado de cantar?

Sonhada terra das palmeiras
Como me dói meu coração
Como me mata o teu silêncio
Como estás só na escuridão

(**trecho de *Terra das palmeiras***)

Foto: Arquivo pessoal

Priscila Milanez se aprofundou na música da década de 1970: "Me intrigava saber o porquê de alguns não terem seus nomes na história da MPB"

Em outro episódio, ao submeter as 12 músicas de um álbum para análise de órgãos de censura, apenas uma foi liberada. A canção *Que as crianças cantem livres* (1973) foi o último sucesso que conseguiu fazer circular antes de ser completamente excluído do circuito comercial. "A atuação contra eles incidia não só sobre suas letras e sobre a sua produção musical em si, mas também sobre o próprio sujeito. No caso do Taiguara isso ainda fica mais marcado", avalia Milanez.

A repressão constante levou o artista ao exílio, entre 1974 e 1978, quando viveu no Reino Unido, França, Etiópia e Tanzânia. Na Inglaterra, gravou o disco *Let the children hear the music*, também censurado no Brasil. O caso, para a autora da pesquisa, mostra como a censura "interditava possibilidades de consagração."

O carcará desconhecido

João do Vale (1934-1996), artista negro e nordestino, possui mais de 400 composições registradas. "Ele foi um compositor muito profícuo, muito gravado por inúmeros músicos consagrados, como Maria Bethânia, Chico, Caetano, enfim, mas não é tão conhecido", destaca a pesquisadora. As temáticas das canções de João do Vale giram em torno da vida no Nordeste e das opressões vividas pelas populações marginalizadas. Sua canção mais consagrada é *Carcará*. Apesar de o artista tê-la apresentado no espetáculo-manifesto *Opinião*, poucos meses após a instauração do regime militar, foi nas vozes de Nara Leão e Maria Bethânia que ela se tornou conhecida.

to

Foto: Acervo Arquivo Nacional

Foto: Acervo Arquivo Nacional

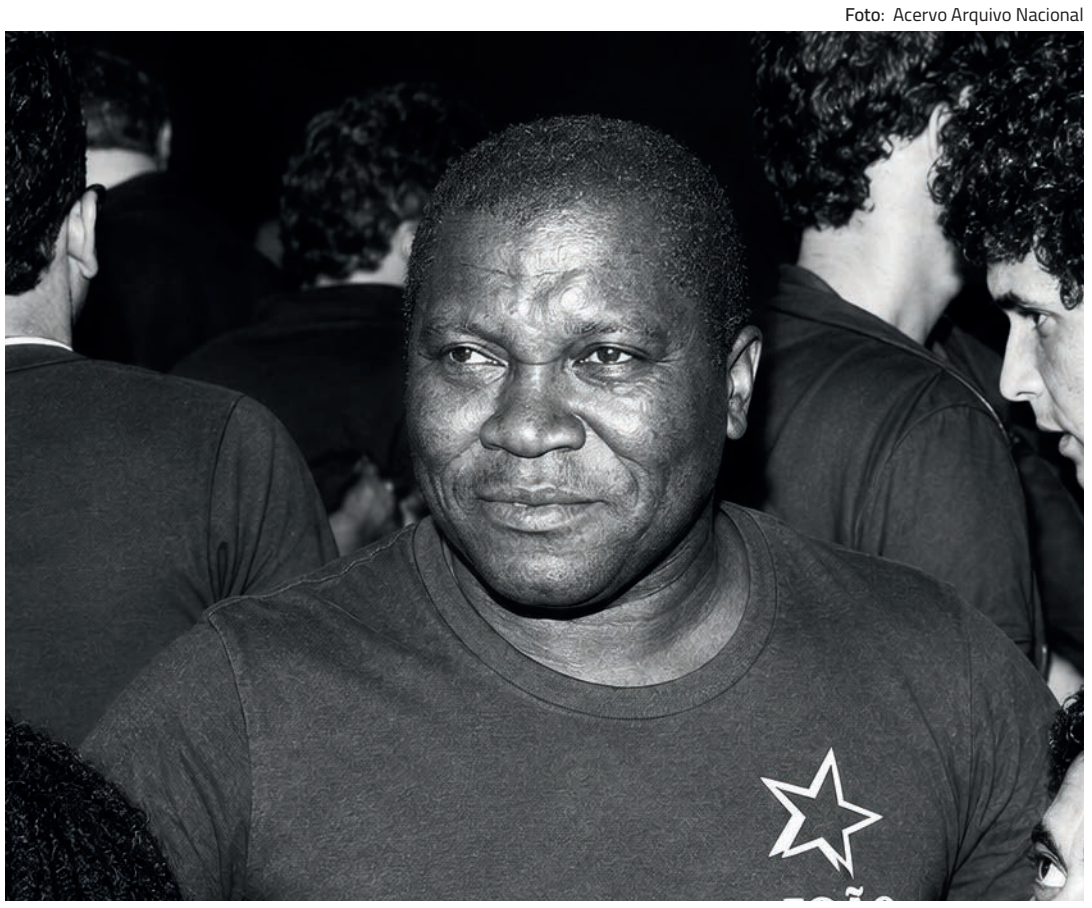
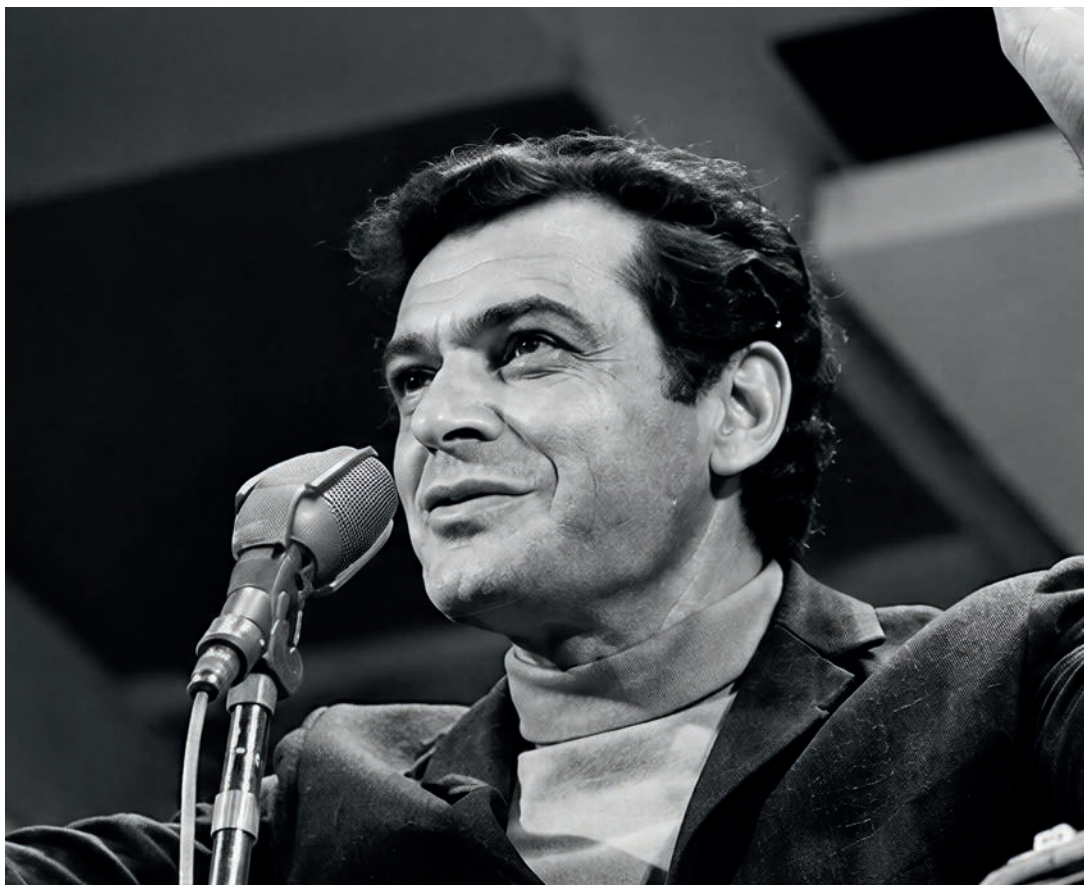


Foto: Pretta Abreu



O cantor e compositor Taiguara Chalar da Silva (no alto, à esq.) foi um dos mais censurados pela ditadura, com 68 canções vetadas e álbuns inteiros proibidos; João do Vale (no alto, à dir.), autor de *Carcará*, teve mais de 400 composições registradas, mas foi gravado por músicos como Maria Bethânia, Chico Buarque e Caetano Veloso; Sérgio Ricardo (à dir.) ficou marcado pelo episódio da quebra do violão durante festival de música em 1967, mas teve também uma produção vasta para trilhas de filmes como *Deus e o diabo na terra do sol* e *Terra em transe*

Carcará é malvado, é valentão
É a águia de lá do meu sertão
Os burrego novinho num pode andar
Ele puxa no imbigo inté matar
Carcará
Pega, mata e come
Carcará
Não vai morrer de fome
Carcará
Mais coragem do que homem
(trecho de *Carcará*)

"Sua participação no espetáculo *Opinião* costuma ser a única referência recorrente quando se trata de associá-lo à chamada canção de protesto. Mas sua obra contém temas relacionados a questões sociais, denúncias políticas e um profundo senso de coletividade. Ainda assim, João do Vale foi, em vida, tragado pelo apagamento", escreve a autora na tese. Por isso, ela o identifica como "o carcará desconhecido".

Diferentemente dos outros artistas analisados, não há muitos registros sobre como a censura operou com João do Vale. "As próprias condições de classe e raça já se encarregavam de operar um certo apagamento", diz Milanez.

Excluído do circuito comercial, o artista aproximou-se de lutas populares. Em 1983, ao saber do assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, ele organizou um show em sua homenagem. "João juntou aquele monte de gente e começou a falar. Demorou meia hora e chegou a polícia com cassetete e foi todo mundo em cana", rememorou a produtora Lenita Alves, em depoimento que consta na tese.

Priscila Milanez reflete que João do Vale, diferentemente de outros artistas que se exilaram no exterior, retornou a Pedreiras (MA), sua terra natal, mostrando como "a cultura dominante opera suas exclusões". Ao contrário dos outros dois casos analisados, a marginalização de João do Vale não ocorreu principalmente pelas vias formais da censura, mas por um conjunto de vetos materiais e simbólicos que mantiveram sua produção às margens da cultura dominante. "Sua raça, sua classe e sua origem regional também condicionaram, em certa medida, esse processo de exclusão", avalia.

O mediador

Além de analisar a trajetória dos compositores, a pesquisadora deteve-se sobre a atuação de João Carlos Müller, advogado, secretário-geral da Federação Latino-Americana de Produtores de Fonogramas e Videogramas (FLAPF) e consultor jurídico da gravadora Philips entre 1965 e 1981. Müller, segundo a autora, foi uma espécie de mediador entre artistas, indústria fonográfica e órgãos da censura. O SCDP, órgão do regime militar, exigia que as letras fossem acompanhadas de uma gravação em voz, o que tornava o processo mais dispendioso.

Como solução, Müller propôs a criação do "registro da censura", contendo informações sobre gravadoras cadastradas que ficavam dispensadas de apresentar a gravação de voz. Caso houvesse divergência entre a letra e a música gravada, seria mais fácil para a censura identificar e punir a empresa fonográfica responsável. "Era uma forma de a indústria reduzir os custos, diminuir o risco de gravar um disco e depois ele ser vetado. Também era uma forma de manter aquela produção dentro dos limites que o regime estava impondo", explica.

Censura informal

Uma das principais contribuições da tese de Milanez, destaca o orientador Marcelo Ridenti, é justamente desvelar como mecanismos informais de censura operavam. "Ela trabalha não só com a ideia da censura oficial, que é exercida pelos mecanismos repressivos do governo, mas também com uma censura informal, que é dada pelos próprios pares, pelo próprio meio, pela indústria fonográfica, e que faz com que certos autores fiquem mais apagados", destaca.

O professor também lembra que "a ditadura teve um projeto modernizador no campo cultural", mas com limites. "Quer dizer, a indústria fonográfica se desenvolveu muito na época, e inclusive vários cantores e compositores foram proibidos, mas continuaram gravando. Porém, ela colocava um freio, para que esse projeto modernizador ficasse nos trilhos."

Tradição seletiva

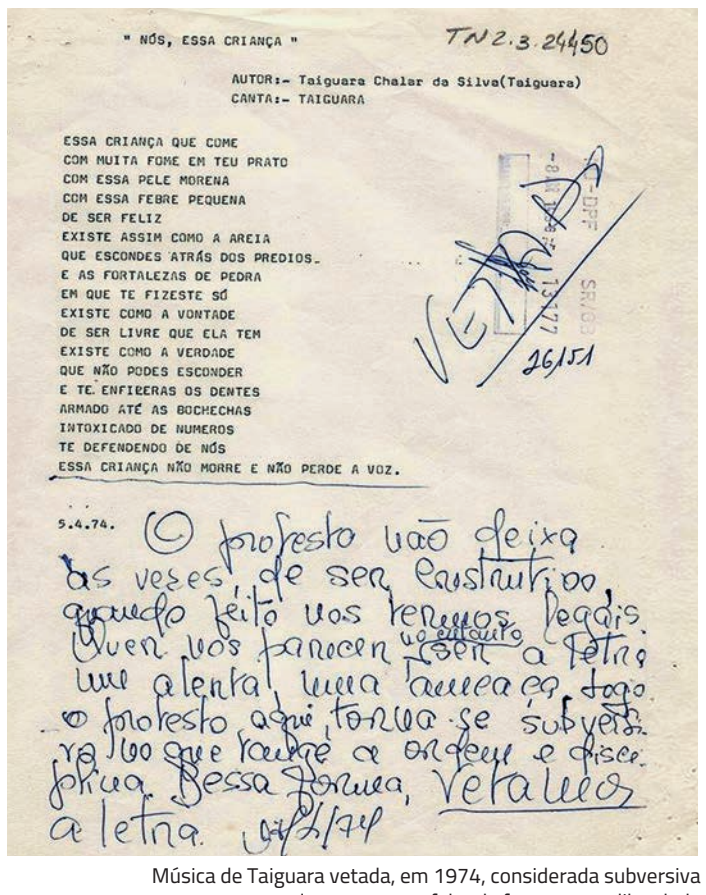
Depois de avaliar as repercussões da censura nas carreiras de Sérgio Ricardo, Taiguara e João do Vale, Priscila Milanez voltou-se para quatro rankings da respeitada revista musical *Rolling Stone Brasil*. As listas, de 2007, 2008, 2009 e 2014, respectivamente, classificam os cem principais discos, artistas, músicas e momentos da música popular brasileira na opinião dos críticos consultados. Os três artistas estão ausentes, enquanto nomes como Caetano Veloso e Gilberto Gil constam como destaques. Apenas *Carcará* figura no ranking das canções mais importantes.

Para Milanez, a censura incidiu para esse apagamento. "A 'tradição seletiva' é um processo cultural e um processo histórico. Ela vai sendo construída ao longo do tempo. Então, se você tem poucos registros de determinadas obras em determinado período, há impactos na construção dessa tradição posteriormente", diz a pesquisadora, apoiada no conceito de "tradição seletiva" de Raymond Williams. Com o termo, o sociólogo britânico indica que, em uma cultura, há processos de valorização ou exclusão de determinados significados, valores e práticas, o que repercute na conformação da tradição.

Novos registros

No entanto, por ser um processo, a construção da tradição não é estática. Resgate de arquivos históricos, como o do SCDP, e pesquisas como a tese de Milanez podem contribuir para novos registros. "Esta pesquisa é uma tentativa de revisitar esse passado, recuperando trajetórias, obras e experiências que foram silenciadas ou marginalizadas e compreender como esses processos de apagamento continuam incidindo sobre a forma como nos constituímos e reconhecemos nossa própria história", resume.

Além disso, destaca a autora, a reconstituição do passado é um passo importante para a compreensão do presente. "A atual conjuntura política e social é reflexo de um processo de transição democrática que ainda não permitiu ao Brasil encarar política, jurídica e simbolicamente aquele período nefasto. Um país que por muito tempo insiste em negar, silenciar e apagar os vestígios de sua própria história, sobretudo quando tal história foi carregada de experiências de violência e morte, está fadado a nunca superar as marcas por elas deixadas", conclui.



" NÓS, ESSA CRIANÇA " TN2.3.24450

AUTOR:- Taiguara Chalar da Silva(Taiguara)
CANTA:- TAIGUARA

ESSA CRIANÇA QUE COME
COM MUITA FOME EM TEU PRATO
COM ESSA PELE MORENA
COM ESSA FEBRE PEQUENA
DE SER FELIZ
EXISTE ASSIM COMO A AREIA
QUE ESCONDES ATRÁS DOS PREDIOS.
E AS FORTALEZAS DE PEDRA
EM QUE TE FIZESTE SÓ
EXISTE COMO A VONTADE
DE SER LIVRE QUE ELA TEM
EXISTE COMO A VERDADE
QUE NÃO PODES ESCONDER
E TE ENFIEERAS OS DENTES
ARMADO ATÉ AS BOCHECHAS
INTOXICADO DE NUMEROS
TE DEFENDENDO DE NÓS
ESSA CRIANÇA NÃO MORRE E NÃO PERDE A VOZ.

DPF SR/03 13777 18 MAR 74

26/11

5.4.74. O protesto não deixa as vezes de ser construtivo, aquele feito nos terreiros legais. Quem nos proíbem (ou censura) ser a letra que alenta, uma fraqueza, daqui o protesto aqui torna-se subversivo que rasga a ordem e disciplina. Dessa forma, Vetada a letra. 26/3/74

Música de Taiguara vetada, em 1974, considerada subversiva pela censura por falar de fome, raça e liberdade

Pesquisa põe em xeque o peso **do diploma**

Cenário mostra que curso superior perdeu relevância no Brasil, mas segue vantajoso

MARIANA GARCIA
marigrss@unicamp.br

Foto: Antoninho Perri

Sob orientação da professora Joice Melo Vieira, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), o economista Otávio Junio Faria Neves examinou dados do período de 2010 a 2023 para dissecar a realidade de trabalhadores graduados e não graduados no Brasil

O diploma de ensino superior ainda tem relevância no mercado de trabalho? A pergunta acompanhou o economista Otávio Junio Faria Neves em todo o seu trajeto universitário e foi transformada em tema de doutorado, empreendido por ele no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Na busca pela resposta, o agora doutor em demografia examinou dados estatísticos do período entre 2010 e 2023 que ajudam a dissecar a realidade de trabalhadores graduados e não graduados no Brasil. A conclusão a que chegou é que o diploma continua sendo vantajoso, mas vem perdendo relevância neste século.

A escolha do tema teve como inspiração a experiência pessoal do pesquisador. Primeiro da família a se graduar, Neves diz que a opção pelo estudo envolveu muita reflexão. "Eu me perguntava se valeria a pena sair da minha cidade para estudar em outra, se isso traria vantagens para mim. Não apenas na forma de ganhos financeiros, mas também de retornos ocupacionais dentro do mercado", relata.

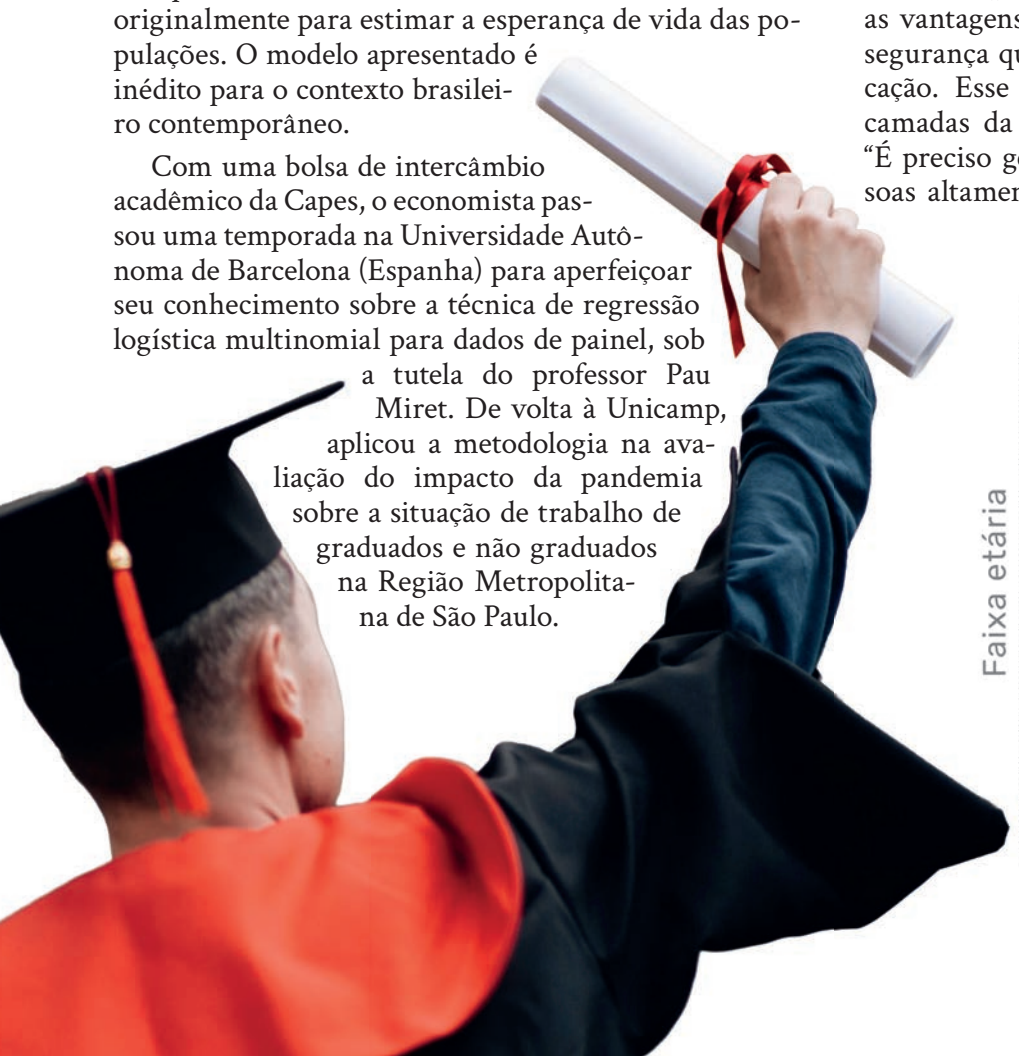
O questionamento ressoa nos corredores da Universidade, afirma Joice Melo Vieira, professora do IFCH e orientadora do doutorado. "A gente nota, nos alunos e em jovens de uma maneira geral, uma aderência muito grande aos discursos de influenciadores digitais de valorização do empreendedorismo, que chegam a desmotivar as pessoas a seguir uma carreira acadêmica."

Caráter inovador

O doutorado vinculou-se à linha de pesquisa Demografia e Políticas Sociais do Núcleo de Estudos de População (Nepo) e contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A ideia era examinar o cenário brasileiro sob diferentes perspectivas, o que levou Neves a conduzir três estudos, com diferentes metodologias.

Por exemplo, para calcular o tempo de permanência no mercado de trabalho de diferentes grupos (mulheres e homens diplomados e não diplomados), ele criou versões personalizadas da tábua de vida – técnica elaborada originalmente para estimar a esperança de vida das populações. O modelo apresentado é inédito para o contexto brasileiro contemporâneo.

Com uma bolsa de intercâmbio acadêmico da Capes, o economista passou uma temporada na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha) para aperfeiçoar seu conhecimento sobre a técnica de regressão logística multinomial para dados de painel, sob a tutela do professor Pau Miret. De volta à Unicamp, aplicou a metodologia na avaliação do impacto da pandemia sobre a situação de trabalho de graduados e não graduados na Região Metropolitana de São Paulo.



80% empregados

No primeiro estudo da tese, Neves examinou dados das edições de 2013 e 2023 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) para investigar a relação entre formação educacional e posição no mercado de trabalho. A análise relacionou níveis de escolaridade (superior ou não) a grupos ocupacionais (executivos, vendas, serviços manuais), contemplando as variáveis de raça, gênero e região geográfica.

Entre 2013 e 2023, houve um aumento de 5,58 pontos percentuais no índice de brasileiros graduados – na população preta, a alta foi de 3,15 pontos percentuais. No mesmo período, a taxa de diplomados com ocupação permaneceu inalterada em 80%, um dado que sinaliza o peso do diploma para conquistar uma colocação e se manter empregado – sobretudo quando se leva em conta que a população graduada corresponde a apenas um quinto da força de trabalho do país.

Em contrapartida, os postos para especialistas e gestores caíram 5 pontos percentuais no período, e o índice de diplomados que atingem posições de liderança diminuiu 1,76 ponto. A escassez de vagas resultou no deslocamento desse contingente graduado para funções em que as exigências são menores. Mulheres e pessoas pretas, pardas e indígenas, indica Neves, foram as principais afetadas, não obstante a introdução de políticas públicas de acesso ao ensino superior e apesar da maioria feminina na população total de graduados (57,54%). "Homens brancos estavam mais associados a posições de maior prestígio, como executivos, enquanto mulheres e pessoas pretas e pardas com ensino superior ocupavam posições em vendas e serviços", ele diz.

Segundo a orientadora, a carência de vagas qualificadas tem como consequência o desperdício desse excedente de mão de obra especializada que, por necessidade, acaba ocupando posições intermediárias, sem acessar as vantagens financeiras, oportunidades de ascensão e segurança que esperavam obter ao investirem em educação. Esse deslocamento é reproduzido nas demais camadas da pirâmide laboral, acentuando a exclusão. "É preciso gerar mais postos de ocupação para as pessoas altamente escolarizadas, se não o país vai perder um bônus que poderia estar usufruindo com a formação oferecida a essa geração mais jovem", pontua Vieira.

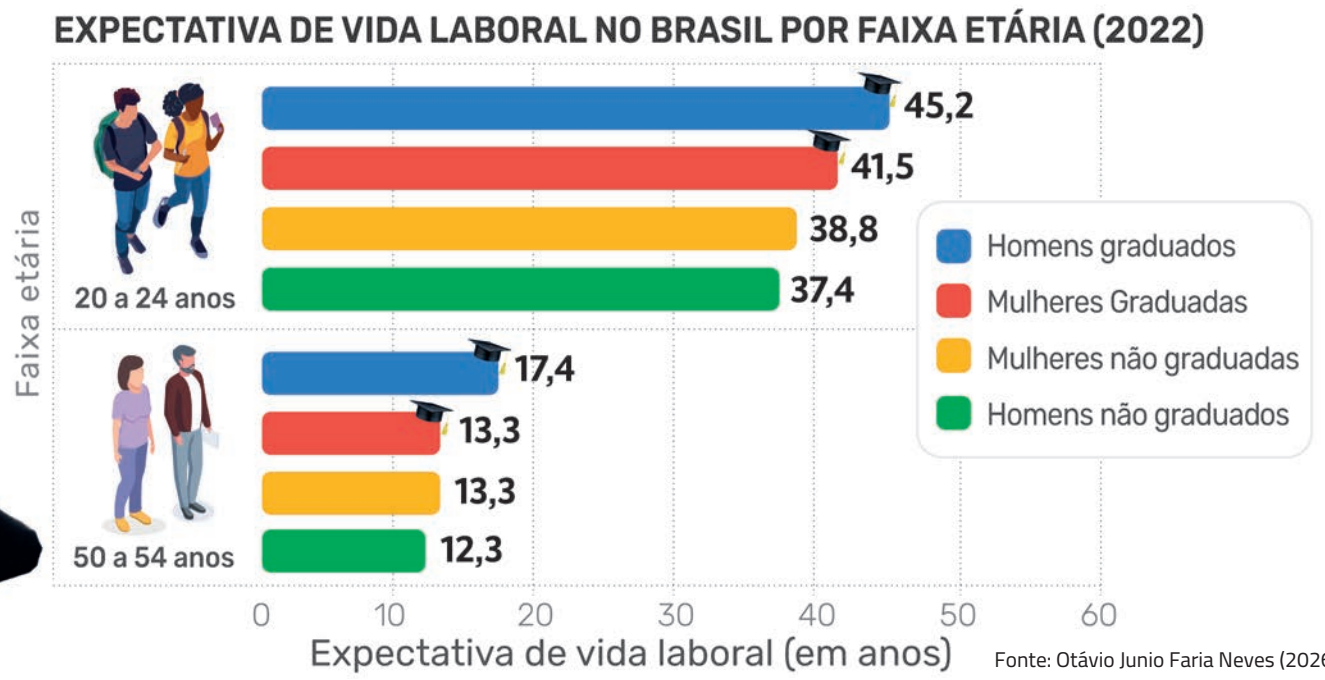
Projeções

As discrepâncias de gênero e raça aparecem ao longo de toda a pesquisa, que traduz em números a dimensão da condição de privilégio ostentada por homens brancos diplomados. No segundo estudo, Neves estimou o tempo de vida trabalhado, utilizando dados do censo demográfico de 2010 e 2022, da Pnad Contínua de 2022 e do Ministério da Saúde. A diferença das projeções de tempo de vida de trabalho, entre homens jovens (20 a 24 anos) graduados e não graduados, em 2022, foi da ordem de 6,4%. A vantagem de permanecer mais tempo no mercado de trabalho pouco se alterou na maturidade (50 a 54 anos): 4,1%. No caso das mulheres, a diferença da expectativa de vida ativa no mercado de trabalho entre graduadas e não graduadas (até 24 anos) chegou a 4,1%, caindo para 1% na faixa entre os 50 e 54 anos.

O método aprendido na Espanha foi aplicado no terceiro e último estudo, que visou avaliar a capacidade do diploma universitário de proteger homens e mulheres contra demissões durante a pandemia, explorando dados de 2019 a 2022. Excepcionalmente aqui, a investigação não compreendeu o território nacional, e sim apenas a Região Metropolitana de São Paulo, com dados da pesquisa Trajetórias Ocupacionais, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

O impacto mais significativo da crise sanitária foi sentido pelas mulheres diplomadas: comparando as taxas de empregabilidade do início (2019-2020) e do final da pandemia (2021-2022), a chance de continuarem empregadas despencou de 70,8% para 49,6%, equiparando-as, desta forma, à situação dos homens não diplomados, cuja probabilidade foi para 51,1%.

Enquanto na pré-pandemia a taxa de permanência no emprego entre a população preta, parda e indígena diplomada era da ordem de 90% (superior ao índice da população branca diplomada), entre 2021 e 2022 ela caiu para 82,7%. "O diploma funciona como um escudo, mas que perde a força quando cruza com marcadores de gênero e raça", observa Neves.



Fonte: Otávio Junio Faria Neves (2026)

A **religião** como instrumento de **poder**

Tese identifica fatores que influenciam as preferências políticas dos evangélicos no Brasil, como identidade religiosa e socialização

FELIPE MATEUS
felipeom@unicamp.br

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Marcha para Jesus: dados do último censo, de 2022, mostram o acentuado crescimento da população evangélica, que hoje corresponde a 26,9% da população brasileira, enquanto em 1950 representava apenas 3,4% dos brasileiros

"A religião nunca saiu do espaço público e, possivelmente, nunca sairá, inclusive como parte da cultura política brasileira. Mas quando ela passa a chamar a atenção como um instrumento de poder, há aí um novo objeto de estudo político." A afirmação é de Marcela Gimenes Tanaka, doutora em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, que analisou os fatores que influenciam a formação das preferências políticas dos evangélicos no Brasil. A questão se reflete no próprio aumento no número de seguidores dessas denominações ocupando esferas de poder. Segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional cresceu de 50 deputados e 1 senador em 2003, ano em que foi constituída, para 220 deputados e 26 senadores na atual legislatura (2023-2027).

A expansão da representação política acompanha o crescimento populacional desse grupo. Dados do IBGE mostram que, em 1950, apenas 3,4% dos brasileiros se declaravam evangélicos, enquanto 93,5% se identificavam como católicos. O cenário ainda está longe de se inverter, mas aponta mudanças: no último censo, em 2022, o total de evangélicos chegou a 26,9% da população, e o de católicos caiu para 56,7%.

Foto: Acervo pessoal

Marcela Gimenes Tanaka, doutora em Ciência Política: "A religião nunca saiu do espaço público"

Mais do que pensar no que determina o voto dessa comunidade, a tese identifica os aspectos das relações sociais estabelecidas entre os fiéis que constroem uma identidade religiosa compartilhada, o que se converte em identidade política. A pesquisa teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e orientação da professora Rachel Meneguello.

Papel da comunidade

O conceito de "preferência" nas Ciências Sociais vai muito além de escolhas espontâneas e aleatórias das pessoas. As preferências se constituem a partir da sedimentação das experiências individuais e coletivas que ocorrem nos diversos espaços e ocasiões de socialização. "Elas são estruturadas, e esse processo ocorre conforme os padrões que as pessoas encontram ao longo da vida", explica Tanaka.

No caso da formação das preferências entre os evangélicos, é importante distinguir os papéis da socialização primária, ocorrida durante a infância, quando as pessoas se formam enquanto sujeitos, e a socialização secundária, na qual se constitui a identidade religiosa coletiva dos evangélicos e que ocorre nos diferentes espaços da vida cotidiana de acordo com as escolhas dos indivíduos.

A pesquisadora destaca o papel desse tipo de socialização justamente porque, atualmente, a maioria dos evangélicos brasileiros não nasceu em famílias evangélicas, mas se converteu em algum momento da vida. É a partir dos espaços frequentados e das pessoas com quem convivem que se consolida uma visão de mundo evangélica, reforçada por aspectos próprios da prática religiosa.

"Comparados aos adeptos de outras religiões, os evangélicos frequentam mais os cultos, participam de escolas dominicais, de ministérios de música, de grupos de jovens", detalha. Essa leitura de mundo acaba operando como uma heurística, um atalho cognitivo que orienta decisões e preferências. "O custo de tomar uma decisão é alto; as pessoas não têm tempo e muitas vezes não têm interesse em participar da vida pública. O que elas fazem? Ativam esses atalhos", explica Tanaka, deixando claro que, assim como a religião, outros aspectos da vida social podem operar da mesma forma.

Sentimento de ameaça

Um dos principais valores que orientam essa identidade evangélica e que ajudam a explicar sua politização é o sentimento de ameaça, cuja origem antecede as discussões morais que costumam mobilizar politicamente esse grupo. Ele surge como uma defesa da própria existência da comunidade e de sua liberdade religiosa frente a uma sociedade em que, historicamente, a Igreja Católica teve um papel central.

Registros desse discurso são vistos na imprensa religiosa estudada para a tese. Por exemplo, em fevereiro de 1985, logo após a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República e com a perspectiva de uma nova Constituição ser elaborada, o jornal *Mensageiro da Paz*, da igreja Assembleia de Deus, publicou: "Quando chegar o momento da escolha dos constituintes, a comunidade evangélica deverá ser esclarecida e conscientizada, a fim de optar pelos nomes efetivamente compromissados conosco". Tanaka destaca que, a partir de um discurso de ameaça institucional, o apelo a temas de ameaça moral e defesa de valores passa a ser indissociável.

Outro aspecto que a cientista política buscou compreender foi em que medida a identidade religiosa se reflete na confiança dos evangélicos nas instituições, como o Congresso, o Judiciário, a imprensa e as igrejas. Neste ponto, ela encontrou uma diferença significativa entre evangélicos e católicos. Entre estes, quanto maior a importância atribuída à religião, menor a confiança nas instituições.

Já entre os evangélicos, quanto maior a importância atribuída à religião, maior a confiança nas instituições. Para Tanaka, isso pode ser entendido também pela importância da sociabilidade nos espaços religiosos. "Trata-se de instituições que trazem legitimidade, que organizam a vida social e política. A partir do momento em que eles [os evangélicos] passam a ocupar esses espaços, também os legitimam."

Diversos, mas fiéis

Apesar de tratar dos aspectos que contribuem para a formação de suas preferências políticas, Tanaka deixa claro que a população evangélica brasileira é diversa e não pode ser encarada como uma grande massa no que diz respeito ao tema. "Não há voto de cabresto; todos são livres. O que existe é uma combinação de fatores que fazem as pessoas caminharem dentro de um limite de opções na política", acrescenta. Em sua pesquisa, ela ressalta que, mesmo com o cenário diverso, denominações pentecostais e neopentecostais, como a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus, têm maior presença na política.

A pluralidade se reflete, inclusive, no que os evangélicos pensam sobre a presença da política nas igrejas. Segundo a pesquisa intitulada "Religião e Vida Pública no Brasil", realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser) em parceria com a Quaest em 2026, a porcentagem de evangélicos que rejeitam a discussão de temas políticos e a indicação de candidatos nos templos e espaços religiosos varia de 80% a 91%, a depender da denominação.

Para a cientista política, isso depende da interpretação teológica que se faz dessas atividades, já que algumas igrejas defendem a intersecção desses universos, enquanto outras se posicionam de forma mais cética ao que é externo à fé. "Enquanto houver denominações que acreditam que isso não deve estar presente nas igrejas, existirão evangélicos críticos ao que consideram ser uma instrumentalização da religião."

Os **multissistemas** descentralizados **da língua**

Livro do linguista Ataliba T. de Castilho relaciona quatro sistemas paralelos em operação no português brasileiro

LEO PEREIRA MUNIZ
Especial para o *Jornal da Unicamp*

A Abordagem Multissistêmica, uma das vertentes teóricas do estudo da língua, elaborada por Ataliba Teixeira de Castilho, traz uma perspectiva descentralizadora da linguagem ao reconhecer seus múltiplos sistemas paralelos e respectivos funcionamentos próprios.

Em seu livro *O Português Brasileiro como um sistema complexo*, o linguista reúne a apresentação dessa abordagem por meio de casos linguísticos que fundamentam sua composição. A obra desenvolve a discussão de quatro sistemas e suas inter-relações: Gramática (que reúne a fonologia, voltada à fala e aos sons; a morfologia, referente à estrutura das palavras; e a sintaxe, ligada à função das palavras na frase); Léxico (que corresponde ao conjunto de palavras de uma língua); Semântica (relacionada ao sentido); e Discurso (que organiza o fluxo de informações em uma interação social).

Todos esses sistemas caracterizam-se por sua autonomia e dinamismo. Embora funcionem simultaneamente, organizam-se em categorias próprias, sendo todos pilares de igual peso e essenciais na formação da língua. O livro se encerra com proposições elaboradas a partir das análises realizadas.

As pesquisas de Castilho são reconhecidas por voltarem-se à fluidez da linguagem e à sua capacidade de mudar ao longo do tempo, fenômenos que descentralizam os estudos da língua, afastando-os do foco exclusivo na gramática. Essa nova proposta de análise reconhece a atuação conjunta dos sistemas como imprescindível para o desenvolvimento do idioma.

Graduado em letras e doutor em linguística pela Universidade de São Paulo (USP), professor titular aposentado do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp e professor emérito da USP, Castilho coordenou diversos projetos de pesquisa voltados ao estudo da evolução da língua portuguesa, como o Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB).

A formulação da Abordagem Multissistêmica resulta de iniciativas coletivas como o Projeto da Norma Urbana Culta (NURC), o Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF) e o próprio PHPB — todos com intensa participação do autor. Essas iniciativas caracterizam-se por diferentes graus de aprofundamento dos sistemas linguísticos e serviram de motivação para a elaboração da obra.

Foto: Antonio Scarpinetti

O linguista Ataliba Teixeira de Castilho coordenou diversos projetos de pesquisa voltados ao estudo da evolução da língua portuguesa

Em entrevista ao ***Jornal da Unicamp***, o autor compartilha mais detalhes a respeito da elaboração da sua abordagem, da estrutura da obra e do cenário atual da Linguística no Brasil.

Jornal da Unicamp – O que o motivou a desenvolver a Abordagem Multissistêmica e a compreender o português brasileiro como um sistema complexo?

Ataliba T. de Castilho – Pensei em desenvolver a Abordagem Multissistêmica depois de observar os resultados de dois projetos que dirigi: o de Gramática do Português Falado e o de História do Português Brasileiro, este ainda em desenvolvimento. O Projeto de Gramática do Português Falado enfrentou pela primeira vez a tarefa de sistematizar o que vinha sendo observado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC) e por estudos levados a cabo por diversos pesquisadores brasileiros. O Projeto de História do Português Brasileiro vem apresentando perspectivas que ainda demandam muitas pesquisas. Lendo os textos ali publicados, notei que eles poderiam ser arranjados em quatro sistemas: Gramática (Fonologia, Morfologia, Sintaxe), Léxico, Semântica e Discurso. Essas iniciativas estão lidando com esses sistemas em diferentes graus de aprofundamento.

JU – Como essa abordagem pode ser aplicada de forma prática no ensino da língua, considerando o impacto de sua obra para docentes e pesquisadores?

AC – Para que essa abordagem possa ser aplicada no ensino, primeiramente os professores precisam apresentar aos alunos o quadro atual da epistemologia linguística, vinculando a ela as diferentes teorias disponíveis.

JU – Na introdução, o senhor afirma que o objeto de estudo da linguística está na mente humana. Como essa perspectiva se relaciona com os processos de aquisição e variação da língua?

AC – As línguas naturais são um produto da mente humana — certamente seu produto mais complexo. Para entender isso, temos de estudar a Epistemologia dos Sistemas Complexos, que postula a língua como Discurso, Gramática, Semântica e Léxico. Nenhum desses sistemas centraliza as línguas. Cada sistema é organizado por categorias próprias, ou seja, temos categorias do Discurso, da Gramática, da Semântica e do Léxico. Dispositivos da conversação — a mais básica das atividades linguísticas — organizam esses sistemas.

JU – Em sua obra, o conceito de discurso ganha destaque. Como essa noção influenciou os estudos da língua após o estruturalismo e de que forma permanece relevante hoje?

AC – Penso que a linguística atual desistiu de indicar um de seus sistemas como central. O funcionamento das categorias desses sistemas é simultâneo; nenhum centraliza a língua. O discurso não é o centro da língua. Seu centro está nos dispositivos de ativação, reativação e desativação das categorias de seus sistemas.

JU – De que maneira sua obra contribui para uma nova forma de compreender o funcionamento do português brasileiro?

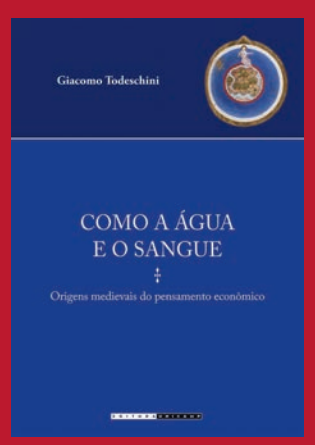
AC – Talvez a contribuição maior seja entender a língua como um sistema complexo, ou seja, "dobrada em si mesma", com categorias que funcionam simultaneamente, nenhuma das quais centraliza o idioma.

JU – Quais perspectivas o senhor enxerga para os estudos linguísticos no futuro?

AC – É difícil prever perspectivas para os estudos linguísticos no futuro. Muito simplesmente, penso que devemos persistir na descrição e na história do português brasileiro (e das línguas indígenas brasileiras, com suas categorias próprias), até um ponto em que teremos materiais suficientes para as generalizações.

Título: O Português Brasileiro como um sistema complexo
Autor: Ataliba T. de Castilho
ISBN: 9788526818231
Edição: 1ª
Ano: 2025
Páginas: 232
Dimensões: 21 x 14 cm

LANÇAMENTOS



COMO A ÁGUA E O SANGUE
Giacomo Todeschini
Páginas: 352
Dimensões: 16 x 23 cm

NA SEMANA QUE VEM
Laura Cabezas, João Bittencourt e Tomaz Amorim (orgs.)
Páginas: 488
Dimensões: 16 x 23 cm

DESCOLONIZANDO A CÂMERA
Mark Sealy
Páginas: 352
Dimensões: 16 x 23 cm

EDITORA UNICAMP

Livraria da Editora da Unicamp
R. Sérgio Buarque de Holanda, 421
Cidade Universitária Unicamp

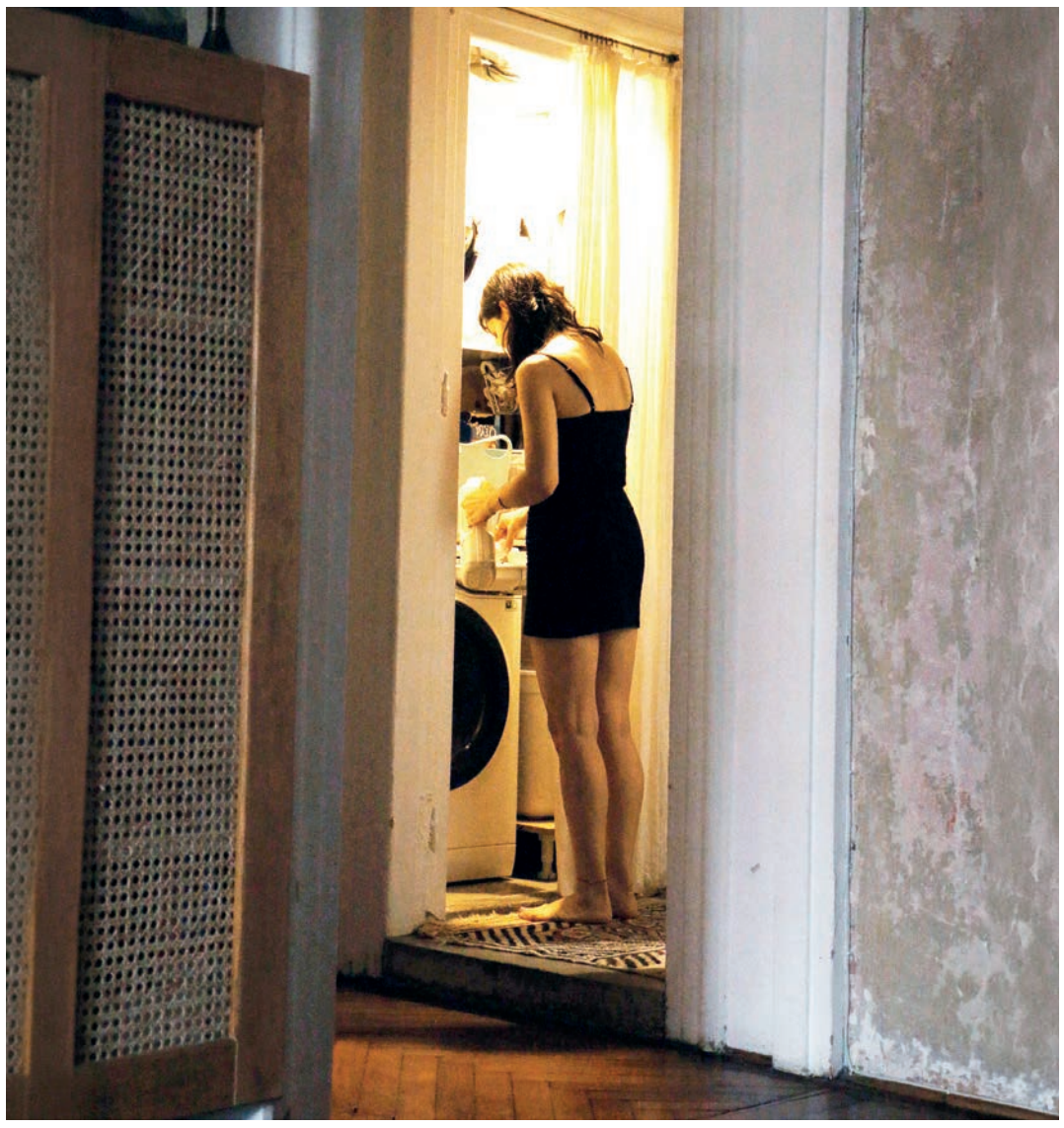
www.editoraunicamp.com.br
vendas@editora.unicamp.br

Desigualdades adoecem a mulher no casamento

Tese evidencia a associação entre relações assimétricas de gênero e adoecimento, propondo uma abordagem de cuidado para além da medicalização

LIANA COLL
lianavnc@unicamp.br

Foto: Mert Dundul/Pexels



Pesquisa sugere que a atenção primária à saúde da mulher adote práticas de cuidado ampliadas, levando em conta as estruturas patriarcais no contexto das relações conjugais

A vivência de mulheres em relações conjugais marcadas por desigualdades de gênero pode repercutir na saúde física e mental. Essa é uma das conclusões da tese defendida por Jussara Gonçalves na Faculdade de Enfermagem da Unicamp (Fenf), que combinou entrevistas e análise de prontuários para investigar experiências de sofrimento conjugal e sua relação com transtornos psíquicos e doenças crônicas. A pesquisa, que teve a professora Dalvani Marques como orientadora e sua colega Eliete Silva como coorientadora, sugere que a atenção primária à saúde adote práticas de cuidado ampliadas, nas quais as relações conjugais sejam compreendidas no contexto das estruturas patriarcais e das instituições que reproduzem a subordinação das mulheres.

Gonçalves conta que atuou por sete anos como enfermeira de saúde da família, período em que se deparou com relatos de dispareunia (dor ou desconforto na relação sexual), sem alterações correspondentes nos exames – situações que deram origem ao estudo. "Muitas vezes, a dor não estava relacionada a alterações fisiológicas ou a doenças. Havia relatos de estupro marital, uma situação recorrente, embora não deva ser naturalizada, sobre a qual pouco se fala, porque as mulheres são ensinadas a manter o casamento", avalia a pesquisadora. Para ela, indicar apenas lubrificante, sem investigar o contexto, invisibiliza relações assimétricas de gênero.

Diante disso, a pesquisadora investigou a população de mulheres de 40 a 49 anos, casadas ou em união estável há pelo menos cinco anos. Seu estudo utilizou métodos mistos e apoiou-se teoricamente em pesquisadoras feministas como a filósofa Silvia Federici e a teórica política Carole Pateman, cujas contribuições permitem compreender como a estrutura patriarcal e as instituições sociais naturalizam desigualdades e atribuem às mulheres responsabilidades desproporcionais na vida conjugal e doméstica. A etapa qualitativa incluiu 15 entrevistas com moradoras de uma microárea de maior vulnerabilidade social; a quantitativa analisou 60 prontuários por meio de estatística descritiva.

Subordinação

Os resultados qualitativos, publicados na revista *Recima21*, apontam que a relação conjugal é atravessada por relações assimétricas de gênero, sustentadas por normas sociais e instituições que podem repercutir na saúde das mulheres. Quatro temas centrais foram identificados nas falas das entrevistadas: os significados do relacionamento conjugal, com relatos de companheirismo pouco recíproco e renúncias unilaterais, a naturalização da condição subordinada, expressa na sobrecarga de atividades domésticas, no silenciamento para evitar conflitos e na subordinação sexual, com relações sexuais por obrigação para cumprir o "papel de esposa", a responsabilização pela manutenção do casamento, acompanhada de culpa feminina diante das dificuldades conjugais, e o despertar de si, relacionado à busca de autonomia, à imposição de limites aos parceiros, à obtenção de renda própria e à renegociação de acordos conjugais.

"As falas delas revelam como a subordinação das mulheres é naturalizada, produzindo sofrimento e reforçando sua inferiorização nas relações de gênero", comenta Gonçalves. Os relatos de resistência apontam que a conquista da independência financeira como uma importante estratégia de reconstrução da vida. Para a autora do estudo, ações coletivas de saúde nas Unidades de Saúde da Família podem fortalecer esses mecanismos de resistência ao criar espaços de escuta, troca de experiências e reflexão.

Olhar sobre o sofrimento

Os resultados quantitativos revelaram que 65% das mulheres apresentavam doenças crônicas e 41,7% tinham recebido diagnóstico de doença mental. Mais de dois terços (68,3%) faziam uso contínuo de medicamentos, sendo 56,7% usuárias de psicotrópicos. Além disso, outras 56,7% estavam com exames preventivos desatualizados e 40% não praticavam atividade física.

"No prontuário, o que nós temos é a medicalização desse sofrimento", sintetiza a pesquisadora. Encontrar mulheres entre 40 e 49 anos com doenças crônicas sinaliza a necessidade de investigar suas condições de vida. "E isso se confirma com esses relatos de vida delas", aponta.

Relatos de tristeza persistente, medo, angústia, pânico e exaustão emocional dialogam com o elevado número de transtornos mentais. Narrativas de busca de alívio por meio farmacológico convergem com o uso contínuo de medicação, inclusive psicotrópica. Já as falas sobre a renúncia de si mesma e o acúmulo de tarefas domésticas e emocionais podem guardar relação com os índices de doenças crônicas. A percepção do casamento como espaço de desgaste também reflete a sobrecarga na divisão do trabalho doméstico, relatada por 70% das mulheres que não são as principais provedoras do lar.

Violência simbólica

O estudo evidencia divergências entre os relatos e os registros nos prontuários, mostrando que sofrimentos relacionados às desigualdades de gênero são tratados como diagnósticos individuais, enquanto a violência simbólica e o sofrimento conjugal permanecem invisíveis. Para a pesquisadora, portanto, os prontuários acabam por invisibilizar as questões de gênero.

"O cuidado ofertado nos serviços de saúde mantém-se majoritariamente ancorado no modelo biomédico, centrado na medicalização e na individualização do sofrimento físico e psíquico", frisa Gonçalves na tese.

Segundo a orientadora e a coorientadora, o estudo reforça a necessidade de rever a formação dos profissionais de saúde. Na atenção primária, a maioria dos trabalhadores é composta por mulheres que também vivem sob essa estrutura social. Por isso, a formação deve reunir conhecimento técnico, compreensão das desigualdades de gênero e capacidade de escuta. "Precisamos formar profissionais capazes de ouvir com sensibilidade e oferecer um cuidado mais voltado às mulheres. O desafio é formar novos profissionais e, ao mesmo tempo, transformar as práticas de quem já atua", afirma Dalvani Marques.

"O profissional de saúde deve olhar para o mundo da vida, porque as condições sociais, institucionais e conjugais têm estreita relação com o adoecimento e a qualidade de vida das mulheres. Essa é a chave: olhamos apenas para o corpo físico e deixamos de considerar as relações de gênero e a vida conjugal", reflete Eliete Silva.

Foto: Acervo pessoal

Jussara Gonçalves investigou em sua tese experiências de sofrimento conjugal

Fotos: Lúcio Camargo

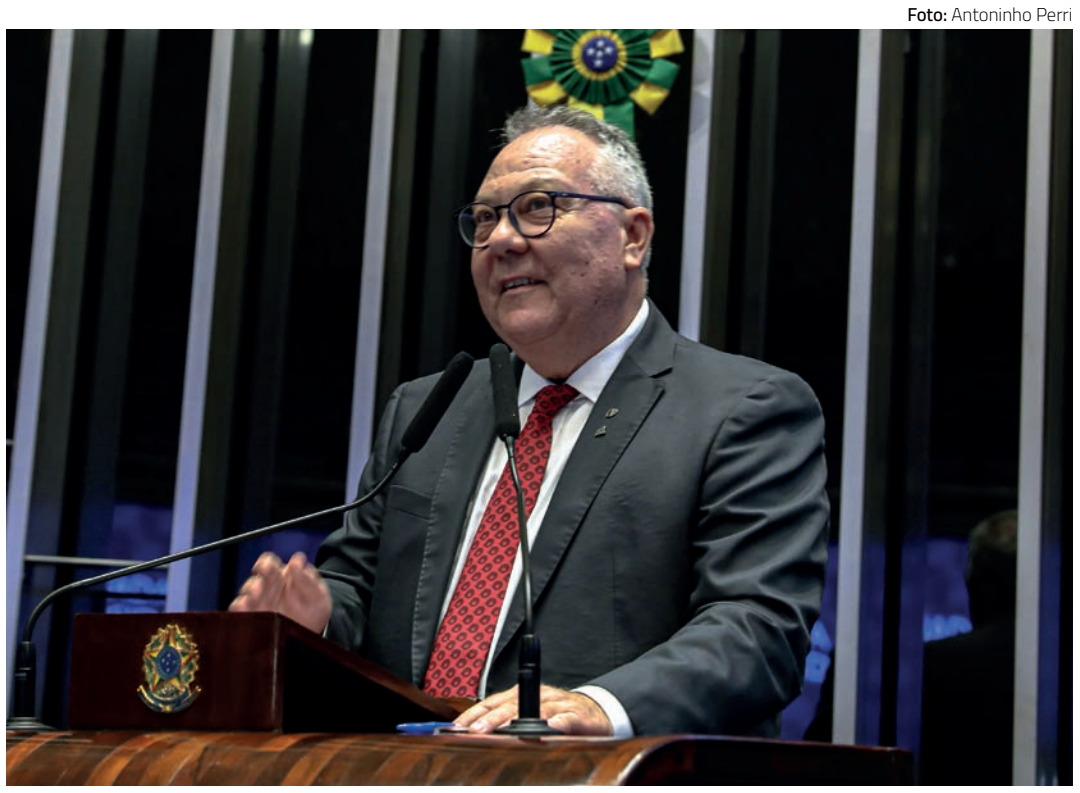
Para a orientadora, professora Dalvani Marques (à esq.), e a coorientadora Eliete Silva (à dir.), o estudo reforça a necessidade de rever a formação dos profissionais de saúde

De **Campinas**, de **SP**, do **Brasil** e do **mundo**

Discurso do reitor da Unicamp proferido no Senado pelos 60 anos da Universidade

PAULO CESAR MONTAGNER

Foto: Antoninho Perri



O reitor Paulo Cesar Montagner discursa no plenário do Senado, em Brasília, durante sessão especial em celebração aos 60 anos da Unicamp, no dia 20 de outubro

Há imagens que registram o passado, e outras, o futuro. A imagem que nos leva a 5 de outubro de 1966, dia do lançamento da pedra fundamental do campus da Unicamp no distrito de Barão Geraldo, em Campinas, certamente pertence a esta segunda categoria.

A Universidade que hoje conhecemos ainda não existia em sua dimensão física, acadêmica e humana. Havia, naquele momento, uma obra que começava. E havia, sobretudo, uma ideia, um propósito.

As palavras que o então presidente da Comissão Organizadora da Universidade, Zeferino Vaz, pronunciou na ocasião deixam transparecer a clareza de sua visão para a Unicamp.

Ao descrever como deveria ser a nova Cidade Universitária, Zeferino falou da construção de uma comunidade de mestres e estudantes inspirada nos princípios da liberdade e reunida, na diversidade dos conhecimentos humanos, pela busca de um mesmo ideal: "O bem-estar espiritual, físico e social do homem".

Zeferino também ressaltou as limitações das universidades brasileiras da época, marcadas, segundo ele, por uma estrutura "arcaica, fragmentária, estática e essencialmente individualista", pouco preparada para incorporar dinamicamente as conquistas da ciência.

Em contraposição àquele quadro, o futuro reitor da Unicamp propunha uma instituição que propiciasse a circulação do conhecimento, o diálogo entre diferentes áreas e o compartilhamento do ambiente intelectual entre professores e estudantes. Há, em seu discurso, uma passagem particularmente impressionante, na qual ele afirma que a própria organização física da Universidade deveria refletir essa integração.

Sessenta anos depois, é difícil não reconhecer a dimensão visionária da concepção de universidade que norteou a estruturação da Unicamp. O que começava a ser percebido em 1966 tornou-se evidente no século 21: as grandes questões contemporâneas, tais como a inteligência artificial e a mudança climática, não cabem no interior das fronteiras de uma única disciplina.

Havia, naquele projeto, uma convicção fundamental: a de que a pesquisa científica e a capacidade de produzir pensamento original eram essenciais para o desenvolvimento de uma nação. Essa convicção se tornou uma das marcas mais profundas da história da Unicamp.

Em seis décadas, a Universidade que começava a ser formada transformou-se em um dos grandes centros nacionais de produção de conhecimento, cuja presença ultrapassa os limites do campus inaugurado em 1966 e alcança o Brasil e o mundo.

Em seis décadas, a Universidade que começava a ser formada transformou-se em um dos grandes centros nacionais de produção de conhecimento

Como costumava dizer Zeferino, nenhuma universidade é constituída somente por edifícios, laboratórios ou estruturas administrativas. Universidades são constituídas por pessoas. Este é o seu mais importante patrimônio.

A celebração destes 60 anos pertence, portanto, às pessoas que conceberam o projeto da Unicamp e às que foram chegando ano após ano para construí-la, bem como às suas respectivas famílias. Cada geração de professores, pesquisadores, estudantes, servidores técnicos e administrativos, profissionais de saúde, artistas e intelectuais que aqui esteve contribuiu de forma importante para que a Universidade adquirisse os seus contornos atuais.

Há que se ressaltar, ainda, a forte relação que a Unicamp mantém com a cidade de Campinas. Em seu discurso de 1966, Zeferino Vaz listou as condições que, em sua avaliação, credenciaram o município a receber a nova universidade. A tradição cultural de Campinas, sua atividade industrial e sua vocação tecnológica, reforçada pela presença do Instituto Agronômico, foram alguns dos fatores citados naquela oportunidade.

Tais condições permitiram que a Unicamp nascesse e posteriormente incorporasse outras instituições à sua estrutura. A Universidade, por sua vez, ajudou a transformar não apenas a cidade, mas toda a região de Campinas.

As raízes locais que a Unicamp criou ao longo de sua história são profundas. Temos muito orgulho dos nossos campi de Limeira, Piracicaba e Paulínia, os quais, ao lado dos de Campinas – o de Barão Geraldo e o do Cotuca –, formam uma aliança de diálogo, cooperação e complementaridade que amplia a presença e fortalece a relevância regional da Universidade.

Quando olhamos agora para a Unicamp, vemos uma instituição muito maior do que aquela imaginada em 1966. A universidade que nasceu "de Campinas" tornou-se também de São Paulo, do Brasil e do mundo.

Estamos diante de uma instituição pública cuja responsabilidade ultrapassa os limites dos seus muros. O conhecimento aqui gerado transforma pesquisas em descobertas, descobertas em tecnologias, tecnologias em soluções, e soluções em novas possibilidades. Transforma o pensamento crítico em teorias sociais, em políticas públicas, em projetos aplicados, em estudos de referência necessários à compreensão dos desafios intelectuais da humanidade.

Esse conhecimento não pertence apenas a quem o produz. Pertence, em última instância, à sociedade, que financia a Universidade na esperança de receber dela as respostas para os problemas de seu tempo.

A pedra fincada há 60 anos na terra roxa de Barão Geraldo simboliza hoje muito mais do que uma construção definitiva. Ela simboliza o reconhecimento de que recebemos, daqueles que conceberam a Unicamp e de todos que para cá vieram antes de nós, a responsabilidade de garantir que a Universidade continue sendo tão necessária ao país do futuro quanto o foi ao Brasil de 1966. Talvez seja esta a melhor maneira de compreender um legado tão relevante.

Que a Unicamp dos próximos 60 anos tenha a mesma coragem de futuro que marcou a sua origem. Que saiba continuar a evoluir sem abandonar a sua essência, tal como vem fazendo desde a sua fundação. Que, ao olhar para trás, as próximas gerações possam constatar que compreendemos a responsabilidade que recebemos: a responsabilidade de manter viva uma ideia.

Vida longa à Universidade Estadual de Campinas!